

## A agência diplomática do argentino Tomás Guido no Império do Brasil (1841-1844)

Juliana Sabatinelli<sup>1</sup>

**Resumo:** Tomás Guido foi Ministro Plenipotenciário do governo de Juan Manuel de Rosas, no Império do Brasil, entre 1841 e 1850, em uma missão extraordinária. As questões da Bacia do Rio da Prata e os conflitos civis no Uruguai tornaram as relações entre a Confederação e o Império mais tensas e a função de Guido era buscar a ordem e a paz entre os Estados, sem se distanciar dos interesses do governo rosista e dos princípios de liberdade e soberania, bem como o acordo já tratado com o Império em 1828. Este trabalho tem como objetivo analisar a articulação de Guido, entre 1842 e 1843, no *Tratado de Alianza* entre a Confederação e o Império com relação ao Uruguai e a utilização do conceito de “Americanismo” nas relações exteriores da Confederação. Busca-se perceber a agência diplomática por meio, principalmente, de cartas pessoais, rascunhos e esboços de textos oficiais que configuram, juntamente aos documentos diplomáticos e os textos jornalísticos, um discurso político de poder e articulação política.

**Palavras-chave:** Agente diplomático; discurso político; Bacia do Prata.

## The diplomatic agency of Argentine Tomás Guido in the Brazilian Empire (1841-1844)

**Abstract:** Tomás Guido was the Minister Plenipotentiary for the government of Juan Manuel de Rosas, in the Empire of Brazil, between 1841 and 1850, on an extraordinary mission. The issues of the River Plate Basin and the civil conflicts in Uruguay made relations between the Confederation and the Empire more tense and Guido's role was to seek order and peace between the States, without distancing himself from the interests of the Rosas government and the principles of freedom and sovereignty, as well as the agreement already made with the Empire in 1828. This paper aims to analyze Guido's articulation between 1842 and 1843 in the Treaty of Alliance between the Confederation and the Empire concerning Uruguay and the use of the concept of “Americanism” in the Confederation's foreign relations. We aim to understand the diplomatic agency mainly through personal letters, and drafts of official texts which, together with diplomatic documents and journalistic texts, constitute a political discourse of power and political articulation.

**Key words:** Diplomatic Agency, political discourse, River Plate Basin.

**Arquivo recebido em:** 18/01/2024

**Arquivo aprovado em:** 22/04/2024

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: ju.sabatinelli@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7092-0440>

O objetivo deste artigo é analisar a agência diplomática de Tomás Guido enquanto Ministro Plenipotenciário da Confederação Argentina no Rio de Janeiro, entre 1842 e 1843, em duas situações: o debate, a escrita e a ratificação do *Tratado de Alianza* entre as nações a fim de melhorar as questões da Bacia do Prata envolvendo os dois países e o Uruguai, e a variação do posicionamento do diplomata sobre o conceito de “Americanismo” enquanto meio de aproximar o Império dos países vizinhos, mas também como forma de criticar o Brasil em sua política ora neutra, ora interventora.

Em tom de análise, o texto prioriza os documentos presentes no Fondo Guido, composto por cartas pessoais e rascunhos do diplomata enquanto viveu na Corte com sua família, mas também lança mão de trechos das sessões do Conselho de Estado dos Negócios Exteriores, a fim de relacionar os escritos de Guido ao contexto em que ele vivia.

## Relações Exteriores da Confederação Argentina

Em 1835, iniciou-se o segundo mandato de Juan Manuel de Rosas como governador da província de Buenos Aires. Em um contexto de embates políticos entre *unitarios* e *federales*, Rosas – que havia sido governador eleito pela Sala dos Representantes entre 1829 e 1833 – retornou ao cargo empossado com a *Suma de Poder Publico*, ou seja, ampliação dos poderes políticos a fim de conduzir as províncias, os governadores e as lideranças locais à ordem política. Entre as características desse governo, destacam-se a coerção simbólica – o uso obrigatório da cor vermelha para demonstrar adesão ao governo –, a violência com os inimigos – *La Mazorca* como milícia rosista –, a censura a partir da *Ley de Prensa* de 1832, que restringia as publicações na província de Buenos Aires, e a institucionalidade, por meio de documentos oficiais e cartas (SALVATORE, 2005, p. 194-195).

Na ausência de uma Constituição oficial que organizasse as províncias a partir de leis e acordos políticos básicos, os manuscritos epistolares de Rosas ditavam a lei e a ordem, bem como criavam um poder político por meio de uma complicada rede de relações, barganhas, fofocas, intrigas e acordos que permitiram certo controle sobre os governos provinciais até o início da década de 1850 (REGUERA, 2019, p. 11; TERNAVASIO, 2021, p. 84). Para além das fronteiras da Confederação, as cartas foram o meio de comunicação de Rosas com os ministros plenipotenciários

e agentes diplomáticos residentes nos países vizinhos, a fim de estabelecer alianças comerciais e políticas com os líderes republicanos e proteger suas fronteiras e interesses.

Após a independência oficial, em julho de 1816, a *Ley Fundamental* de 1825 foi um dos mais significativos documentos em matéria de política externa das províncias. Entre os combinados, determinava-se que o controle da paz, guerra e relações exteriores ficariam, transitoriamente, com a província de Buenos Aires, poder destinado ao Presidente, em 1826, conforme a *Ley de Presidencia* (TERNAVASIO, 2013, p. 62).

Diante da guerra com o Império do Brasil (1825-1828), a política externa foi redesenhada e a *Ley Fundamental* definiu uma autoridade supra provincial encarregada das relações exteriores, que foi reforçada pelo *Pacto Federal* de 1831. Envolvendo Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fé em um primeiro momento, o *Pacto* recebeu adesão das demais províncias ao longo do tempo e, já em 1832, colocou na província de Buenos Aires a administração das relações exteriores até 1852, quando da queda de Rosas. (CHIARAMONTE, 1993, p. 83). Nesse período,

*Buenos Aires ejerció el mando de los asuntos de paz, guerra y relaciones exteriores, pero sobre el cual las Provincias irán reafirmando su voluntad de integrarse a una estructura política supra-provincial* (KLOSTER, 2021, p. 16).

Tornou-se prático deixar a cargo da cidade de Buenos Aires a administração provisória das relações exteriores porque as províncias ainda se recuperavam da crise política da década de 1820 e dos inúmeros conflitos de conformação territorial que as disputas entre unitários e federais haviam causado. Dessa forma, resolver os alinhamentos básicos da política externa daria espaço para a organização interna das províncias até a feitura de uma Constituição. O documento oficial ficou no campo das ideias até 1853 e a liderança de Buenos Aires nas relações exteriores foi um marco de provisionalidade institucional estendida no tempo, justificando certo domínio de Rosas sobre as demais províncias nesse contexto (CHIARAMONTE, 1993, p. 82). A situação foi resolvida em 1854, com o Ministério das Relações Exteriores da República Argentina, previsto na Constituição de 1853.

Durante o segundo governo de Rosas (1835-1852), o Ministério existia e teve seu representante: em 30 de abril de 1835, Rosas nomeou Felipe Arana como Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou até 1852. Nesse período, Arana passou pela guerra com a Confederação Peru-Boliviana em 1837, o bloqueio francês de 1845, a guerra civil uruguaia –

chamada de Guerra Grande (1839-1851) – e o aumento e rompimento das tensões diplomáticas com o Império do Brasil, em 1850.

O Brasil era um incômodo para Rosas, mas também para alguns estados sul-americanos, desde o processo de independência. Sendo um “Império em um mar de Repúblicas”, formou-se enquanto Estado com uma liderança portuguesa e, durante a primeira metade do século XIX, considerou as Repúblicas vizinhas como “anárquicas” e bagunçadas. O Império se virou para a Europa procurando manter seu status de ordenado e civilizado (PACHECO, 2015, p. 7-8). Relacionou-se com os países vizinhos pela fronteira comercial e cultural, porém se ausentou dos primeiros Congressos Americanos, organizados nas décadas de 1820 e 1830, e conduzia sua política externa na Bacia do Prata como fosse melhor para si mesmo, sendo neutro em alguns momentos e mais ativo em outros (BETHELL, 2009, p. 315). Esse incômodo foi sentido e registrado por Duarte da Ponte Ribeiro, entre 1843 e 1844, quando era representante do Império em Buenos Aires:

A breve e conturbada experiência como ministro residente em Buenos Aires foi, talvez, o estopim para que o chefe da seção passasse a adotar um discurso mais ofensivo e menos diplomático em relação aos governados que circundavam o Brasil, especialmente pela constatação das perspectivas negativas que tinham em relação ao Império. [...] “todas são nossas inimigas, não só pela diferença de sistema de governo, como pelas preocupações e rancores inventados que herdaram dos espanhóis contra quem fala a língua portuguesa (Duarte da Ponte Ribeiro, nota de abril de 1844)” (MARCELO, 2017, p. 147)

As diferenças de governo ficaram menos chamativas no período regencial, mas a instabilidade política do Brasil entre 1831 e 1840 gerou levantes populares e revoltas urbanas. Na década de 1830, a Farroupilha se apresentou como um problema do governo do Rio Grande do Sul com os regentes a respeito do comércio do charque, mas envolveu a Banda Oriental e aqueceu o desejo gaúcho pela organização republicana na região. Rosas, uma vez governador de Buenos Aires em 1835, envolveu-se no conflito ao lado dos farrapos, em nome da República e a fim de se beneficiar da regulamentação do comércio de charque. O Brasil, com sua herança imperial e escravocrata, era uma ameaça à autonomia latino-americana conquistada e em formação desde os processos de independência.

Após a notícia da maioridade do herdeiro direto do trono em 1840, o Brasil entrou em um novo momento histórico e os ventos imperiais brasileiros chegaram em Buenos Aires como uma forma de, enfim, sanar os problemas da Bacia do Prata: a Farroupilha e a Guerra Civil Uruguaia, que havia começado em 1839. Assim, em 1841, com a coroação do novo Imperador, D. Pedro II,

Felipe Arana enviou o ministro plenipotenciário Tomás Guido em uma missão extraordinária ao Rio de Janeiro. Ter um representante da Confederação na capital do Império era pressionar o novo governo e garantir os interesses rosistas, mas também continuar as relações – política, econômica, cultural, de fronteira, social etc. – existentes desde a década de 1820.

Tomás Francisco Gil Buenaventura del Rosario Guido Aoiz nasceu em Buenos Aires em 1º de setembro de 1788, de pais espanhóis. Foi educado no *Colegio de San Carlos Latinidad y Filosofía*, onde teve contato com os clássicos e os campos intelectuais da política, da geografia e da história. Em 1806 e 1807, lutou contra as invasões inglesas em Buenos Aires e em 1810, participou da *Revolución de Mayo* ao lado de Mariano Moreno, parceria que levou Guido à Inglaterra. De volta a Buenos Aires, cooperou com o Primeiro Triunvirato de 1812, atuou como Ministro da Guerra e trabalhou na Secretaria de Estado. Mais tarde, conheceu José de San Martín, com quem estabeleceu uma amizade dentro e fora dos campos de batalha. Em 1817, Guido se incorporou ao exército de San Martín no Chile como Tenente Coronel e recebeu autoridade correspondente a de um representante plenipotenciário das Províncias Unidas do Rio da Prata, em uma situação que exigiu cautela e diligência da parte de Guido para manter a cordialidade da Argentina com o Chile e organização na ação libertadora do Peru.

De volta a Buenos Aires, no final da década de 1820, Guido presenciou a vitória militar argentina sobre o Brasil e as tensões políticas internas entre as províncias no Norte. Com Manuel Dorrego como governador de Buenos Aires em 1828, Guido foi nomeado negociador de paz junto ao Ministro das Relações Exteriores, Manuel Balcarce, e participou da organização e assinatura da *Convención Preliminar de Paz de Río de Janeiro*, de 27 de agosto de 1828, em que se reconheceu, principalmente, a independência do Uruguai.

Na década de 1830, Guido viajou ao Brasil como *Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario*, junto a Balcarce, para revisar os acordos políticos sobre a Banda Oriental, foi em missão à Bolívia e ao Chile, atuou como Ministro da Guerra com o governador Viamonte em Buenos Aires e se afastou da política da capital argentina em 1834 ao se opor à concessão da *Suma de Poder Publico* a Rosas. Ao se reaproximar da política portenha, em 1838, foi nomeado Ministro Plenipotenciário em Bolívia, Chile e Equador e, em 1841, foi enviado ao Império do Brasil como Ministro Plenipotenciário da Confederação com uma missão já conhecida: tratar dos temas mais

delicados entre Brasil e Argentina, principalmente com relação à Bacia do Prata e aos conflitos civis no Uruguai.

Guido foi um homem respeitado que ganhou a confiança das pessoas com quem teve contato ao longo de sua carreira. Suas correspondências e escritos atravessaram o período da independência, o governo de Rosas, a organização política após a Batalha de Caseros (1852), a luta entre Buenos Aires e a Confederação e os anos de guerra com o Paraguai, atuando em cargos de primeira linha, delegado de Urquiza para ajustar com Buenos Aires as questões com as demais províncias, participante do Congresso do Paraná e negociador do *Tratado con el Paraguay* em 1856.

*En 1857, fue nombrado brigadier general de los ejércitos de la Confederación. También intervino como comisionado en la firma del Pacto de San José de Flores (10 de noviembre de 1859), el cual acercó las posiciones entre Buenos Aires y la Confederación Argentina. Falleció en Buenos Aires el 14 de septiembre de 1866 (Archivo General de la Nación: introducción histórica al Fondo Tomás Guido).*

Durante o tempo em que Guido e sua família moraram no Rio, fixaram-se na Rua do Riachuelo (antiga Rua Mata-cavalos), na Lapa. O diplomata recebeu importantes nomes da política argentina, como Bernardino Rivadavia (Presidente entre 1826 e 1827), General Pueyrredon (antigo Diretor Supremo das Províncias Unidas do Prata), Juan Bautista Alberdi, *que me referia sus impresiones de la Suiza*, e General Fructuoso Rivera, “*El porte de aquel caudillo célebre, era el de un hombre lleno de vigor, y apto para mandar a los demas*” (GUIDO, 1874, p.11). Essas redes argentinas facilitaram o estabelecimento da família na capital imperial, porém, o Ministro Guido também esteve presente em espaços políticos e sociais do Império, como as reuniões na Câmara dos Deputados e dos Senados, e se tornou sócio na Imperial Sociedade Amantes da Instrução como “Augusto Protector SS. MM. II.” (O Americano, 11 de dezembro de 1847). A sociedade foi criada em 1829 para oferecer educação e qualificação a pessoas de baixa renda. Adotada por D. Pedro II, ganhou o título de Imperial e, até hoje, mantém seu trabalho, assistindo gratuitamente crianças e jovens.<sup>2</sup>

Em seu diário pessoal de 1841, escreveu no dia 15 de julho que esteve com o Imperador no Palácio de São Cristóvão,

*quien me recibió en su trono rodeado de sus gentiles hombres y de algunos de sus Ministros. Al salir de la primera galeria, encontré con el Marqués de Paranaguá, con el Sr. Calmeron Dupin, hoy Conde de Abrantes, y Gob. Clemente Pereyra. El 1º Presidente del*

---

<sup>2</sup> Sobre a Imperial Sociedade Amantes da Instrução: <<https://isai.org.br/isai/>>. Acesso: 14/01/2024.



*Ministerio, el 2º Ministro de Hacienda y el 3º Ministro de Guerra, todos conexiones mias desde 1830 (Fondo Tomás Guido – 1842-1843).*

Esse evento foi publicado oficialmente no Diário do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1841 em português e, aparentemente, traduzido pelos editores portenhos na edição do dia 7 de agosto do jornal *La Gaceta Mercantil*. A coluna “Revista de Periódicos Extranjeros” assim publicou:

*En el día 15 del corriente Julio á las cinco de la tarde tuvo lugar en el palacio de San Cristoval, la audiencia de presentacion que S. M. el Emperador se dignó dar al Sr. General D. Tomas Guido, nombrado por el Gobierno de Buenos Aires, para en el carácter de enviado extraordinario y ministro plenipotenciario, representar la Confederacion Argentina en el solemne acto de su coronación; y en el momento de entregar el Sr. General su carta credencial en las augustas manos de S. M. el Emperador; pronunció la siguiente alocución:*

*“Señor! El Gobierno de Buenos Aires, Encargado de las Relaciones Exteriores de la Confederacion Argentina, altamente solícito por la dicha de Vuestra Magestad y de su Imperial Familia, se dignó confiarme la distinguida honra de representar la Confederación en el acto solemne de la consagración y coronación de Vuestra Magestad.*

*“La carta que tengo la honra de depositar en las manos de Vuestra Magestad manifiesta la mision extraordinaria de que me hallo revestido, y los sentimientos mas sinceros de mi gobierno. Me felicito, Señor, de ser su intérprete para renovarlos ante Vuestra Magestad, á fin de poder protestar, en nombre de mi gobierno, su grata esperanza de que la elevacion de Vuestra Magestad al trono, bajo el grande auspicio del amor nacional, será una prenda sólida de prosperidad para el Brasil, y de gloria para el reinado de Vuestra Magestad.”*

*S. M. I. se dignó responder:*

*“Agradezco mucho esta prueba mas de amistad que me da el Sr. Presidente de la República de Buenos Aires, Encargado de las Relaciones Exteriores de la Confederación Argentina. (Correo Oficial.)” (La Gaceta Mercantil, 07 de agosto de 1841).*

Nota-se a pronta reconexão social e diplomática de Guido com membros do governo brasileiro, como o Marquês de Paranaguá, que atuou na Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a renovação da esperança de que a coroação de D. Pedro II pudesse trazer “*prosperidad [...] y gloria*” para o Brasil. Do micro para o macro, a presença de Guido nessa cerimônia representou a continuidade das relações políticas entre Brasil e da Confederação, que foram parcialmente mantidas de lado no período da Regência. Também traz a reflexão sobre a agência de Guido, já que essas relações – tanto com os ministros como com o próprio Imperador – foram utilizadas para defender, apontar e reestruturar os interesses políticos, comerciais e culturais de seus países, situação vista na prática na construção do *Tratado de Alianza* de 1843.

### ***Tratado de Alianza de 1843***

A fim de consolidar a pacificação do Rio Grande do Sul, envolvido com a Farroupilha de 1835, e resolver os problemas internos do Uruguai com relação à Guerra Grande, disputa civil pelo poder do país entre os partidos *blanco* e *colorado*, entre 1841 e 1842, trabalhou pela assinatura do tratado de aliança entre os dois países. A paz entre os Estados viria a partir do acordado em 1828, ampliando e renovando os artigos com relação ao Rio Grande do Sul e dos investimentos militares envolvidos, procurando afastar qualquer influência de França e Inglaterra na situação, uma vez que os Estados estavam instáveis e o comércio na região era valioso para os europeus. Guido tinha de acordar com os ministros brasileiros uma forma diplomática de resolver ambos os conflitos e se alinhar aos interesses da Confederação. Sobre isso, Arana se posicionou de maneira satisfatória junto a Guido em 22 de dezembro de 1842, pela conduta que o plenipotenciário propôs seguir e comunicou que ele “*acredita en el desempeño de su mision, y que confía continuará con eficacia en la tarea, a la verdad trabajosa, de obtener un pronunciamiento positivo y publico de ese Gabinete contra el enemigo comun de ambos Estados.*” (Fondo Guido). Vê-se, enfim, que o trabalho inicial de Guido na consolidação do tratado estava alinhado à Confederação e que, por isso, o ministro poderia seguir nesse caminho aberto.

Em 27 de março de 1843, o tratado foi assinado por Guido, Honório Clemente Carneiro Leão (Visconde e, depois, Marquês de Paraná, Ministro da Justiça entre 1843 e 1844) e Joaquim José Torres (Visconde de Itaboraí, Conselheiro de Estado e Senador do Império do Brasil de 1843 a 1872). O acordo girava em torno de que o Império e Buenos Aires agiriam para manter o bloqueio de Montevideu e de outros portos que estivessem sob o controle de Fructuoso Rivera, no Uruguai, e Rosas forneceria os cavalos necessários para as operações do Exército Imperial contra os farroupilhas, no Rio Grande do Sul. No protocolo formal, os envolvidos destacam a urgência do tratado de “*Alianza Ofensiva y Defensiva entre los gobiernos*” a fim de “*restablecer la paz y la autoridad legal*” do Uruguai e terminar a “*rebelion en la Provincia del Rio Grande de San Pedro del Sud*”. Para isso, os ministros plenipotenciários se dirigem à Confederação, já que o

*Ministro Plenipotenciario de la Confederacion Argentina General Don Tomas Guido, [al] hallarse sin poderes especiales para firmar el tratado, se procediese á ajustarlo y concluirlo, como si tales poderes existiesen, ofreciendo el Sr. Guido, que al someter este*



*actos á la ratificación de su Gobierno, pediría Plenos Poderes correspondientes, que serían cambiados con los de Sus Excelencias los Ministros Plenipotenciarios de Su Majestad Imperial, haciendose del presente ajuste un protocolo para constar debidamente. Secretaria de Estado de los Negocios Extranjeros 27 de Marzo de 1843 (Idem).*

Há uma observação importante no trecho destacado. O poder de decisão de Guido esbarrava na decisão de Rosas, que não concedia plenos poderes ao ministro devido ao seu controle político das relações exteriores. Mesmo que a documentação de Guido passasse mais pelas cartas e ofício trocados com Arana, a decisão final era de Rosas, quase como um poder supremo das relações exteriores. Essa situação demonstra a forma coercitiva e controladora com que o governador de Buenos Aires lidava com as relações exteriores, a partir de seus interesses políticos e ideológicos.

Mas Guido seguiu sua missão. No documento rascunhado, o diplomata expõe que o interesse do tratado era da Confederação e que “*Para resolverse en este conflicto, tuve presente que el Gobierno del Brasil como ningun otro, no admitiria jamas un pacto de alianza sin reciprocidad [...] (Ibidem)*”. Ou seja, o tratado de aliança deveria ser acordado e aceito pelas duas partes. Por isso, o diplomata ressaltou o papel da Confederação a partir do tratado formalizado:

*Era pues en mi sentir una consecuencia irresistible el que comprometido el Emperador á combatir los enemigos de la Confederación en proteccion del principio justo de la legalidad, la Confederación por su parte aceptase la misma obligacion para con el Imperio cuando los intereses eran estrictamente comunes en esta contienda, y cuando se demandaba por parte de S.M. como acto de rigurosa reciprocidad (Op cit).*

O tratado, então, seguiu para ratificação de D. Pedro II e de Rosas. Junto dos documentos oficiais, Guido enviou uma carta a Arana, mais pessoal, explicando o tratado entre amigos e reforçando que o governador entendesse o trabalho do diplomata e conferisse a ele o poder de decisão como ministro:

*De oficio doy á V. las razones fundamentales que me han impelido á salvar la dificultad de hallarme sin poderes para escribir las estipulaciones. Basta que S.E. el Sr. Gobernador considere que he tomado sobre mi una responsabilidad condicional. – El tratado producirá sus efectos, si S.E. lo considera útil. Sucederá como no hecho, si por el contrario lo creyere irrealizable. En mi conciencia, nada mejor, nada mas glorioso para S.E. y p<sup>a</sup>. la causa de nuestro pais que lo que he firmado. Solamente siento no haberlo podido hacer seis meses ántes, porque los obstaculos excedían á mis fuerzas, lo mismo que se ha obtenido me parece un prodigio, á vista de la organizacion de la administracion del Brasil, y de las imensas trabas de que la cerca la tribuna y la prensa (Grifos do texto. Idem).*

Nota-se uma linguagem construída a fim de convencer Arana e, por consequência, Rosas, da assinatura do tratado, explicando todo trabalho que Guido teve, até mesmo pedindo desculpas pela falta de movimentação devido à administração brasileira. A demonstração dos efeitos do acordo aponta o quanto Guido conversou com os envolvidos brasileiros e nas garantias que recebeu deles na escrita do documento. Sendo ele o representante político da Confederação e diplomata de formação, estava ciente dos impactos que os artigos combinados causariam e procurou que esses impactos fossem, na medida do possível, positivos. O objetivo de Guido de deixar seu esforço claro era justamente ressaltar que o Brasil havia, enfim, deixado a omissão e certa neutralidade para resolver os problemas históricos do Prata.

Três dias depois, Guido recebeu a devolutiva de Arana em relação às cartas de fevereiro e março com o seguinte pedido: *“no adelante cosa alguna a este respecto, y sin dejarlo conocer, suspensa hasta que reciba mis contestacion, los oficio amistoso de que tan noblemente ha ocupado, pues instruido segun corresponde, podrá encaminar sin sosobra la conservacion de las relaciones entre ambos gobernantes [...]”* (Fondo Guido, 30 de março de 1843).<sup>3</sup> O alarme chegou um pouco tarde a Guido, mas foi um sinal para o diplomata de que o governo rosista pedia cuidado e calma. A situação se deu por conta de um encontro de Rosas com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Duarte da Ponte Ribeiro, dias antes da escrita da carta, que irritou profundamente o governador porque o cenário era sua casa, de acordo com Arana (Idem). A relação entre o ministro e Rosas também já não era muito amigável e Duarte da Ponte teve dificuldade de estabelecer conversas e acordos com o governador durante os dois anos em que viveu em Buenos Aires (MARCELO, 2017, p. 44). Ou seja: ainda que partisse da Confederação a proposta de um tratado, as relações diplomáticas em Buenos Aires não iam bem.

O que a carta de 30 de março alarmou foi confirmado na devolutiva de Arana a Guido de 13 de abril de 1843. Arana apontou que a urgência da assinatura do tratado, *“sin espera”*, não eram boas nem plausíveis para *“detallar á V.E. las poderosas razones que le asisten para no ratificarlo.”*

*Pero que en medio de esta manifestacion y debio visto desde que asumió al Gobierno, no le es posible desidirse [sic] ala ratificacion del Tratado, segun está redatado y acordado en esa Corte, que le ha sido presentado p. el Exm. Sr. Ministro de S.M. el Emperador cerca de este Gobierno* (Fondo Guido).

---

<sup>3</sup> “Sosobra”: com a escrita atualizada, “zozobra” significa ansiedade, perturbação. Disponível em: <<https://www.linguee.com.br/espanhol-portugues/traducao/zozobra.html>>. Acesso: 16/04/2024.

A explicação de Arana para a recusa da ratificação foi

*V.E. notará cuan inconveniente seria un Tratado de este genero, sin las concurrencias y aquiescencia [consentimento] del Exmo. Gobierno legal de la Republica Oriental del Uruguay; especialmente cuando el Exmo. Señor Brigadier D. Manuel Oribe está reconocido, y se halla ejerciendo sus altas funciones en casi todo el territorio oriental (Idem).*

A ausência do “*Exmo. Gobierno legal de la Republica Oriental del Uruguay*” violaria a soberania e a independência daquela nação, além de que seria importante a sua presença no processo de feitura e ratificação do acordo. Arana comenta que a Confederação ficou satisfeita com a parceria do Brasil com relação aos considerados inimigos – Bento Gonçalves e os rebeldes partidários da Fructuoso Rivera – e, já que seria difícil o envolvimento do líder uruguaio na situação, devido à guerra civil que o país vivia,

*remitirá a V.E. una minuta de Tratado de alianza ofensiva y Defensiva entre el Gobierno de S.M. Imperial, el de la Confederacion y el del Estado Oriental del Uruguay, para que bajo las baces [sic] que contenga, si fuesen aprobadas por S.M. se celebre la alianza tan necesaria para la paz y tranquilidad del Imperio, del Estado Oriental, y de la Confederacion Argentina [...] (Idem).*

Parece que Rosas queria ganhar tempo para resolver essa situação porque estar em conflito indireto e tensão diplomática com o Brasil fazia com que possíveis investimentos militares das províncias fossem mantidos. Além disso, abria a possibilidade de a guarda militar da Confederação continuar em disputa e conquistar uma vitória na República Oriental, ampliando o domínio de Rosas na região e retomando antigos desejos de posse daquele território por Buenos Aires – da época das independências–. Na realidade, o governador de Buenos Aires dispensou a aliança com o Império porque a ameaça de intervenção anglo-francesa contra si tinha sido afastada e a província de Corrientes, pacificada. Logo, o medo de sofrer uma intervenção externa à Confederação estava afastado e Rosas podia, então, continuar com seus objetivos políticos no Prata (DORATIOTO, 2008, p. 225).

O rechaço do tratado por Rosas causou frustração a Guido, exposta em carta a Arana em 28 de abril de 1843:

*A los 33 años de carrera, de experiencia y de estudios he tenido el disgusto de ver desaprobado por mi Gobierno un acto de mi vida publica en el que crei hacer un servicio no común. Mi error llegada al punto de quedar persuadido que echaba un puente al abismo abierto en la Banda Oriental por la traicion interior y la iniquidad extranjera. V. haciendo*

*justicia á mi adhesión y á la pureza de mis intenciones, comprenderá mi pesar por este suceso agravado no poco por la falta de las cartas confidenciales de V. [...] (Fondo Guido).*

Ainda que em uma carta de tom mais pessoal, Guido se expôs a Arana, enquanto diplomata e como amigo também, pois as cartas confidenciais tratavam de manter o ministro em Buenos Aires atualizado da movimentação e das ideias de Guido. O discurso do diplomata reclama por essa atenção, como se em 20 meses, Arana tivesse concordado com Guido e incentivado a assinatura do tratado para que, naquele ponto, depois de todo esforço, ele fosse rechaçado. A reclamação tem seus limites pessoal e profissional postos, já que o próprio Guido reconhece seu lugar e comenta não querer interferir nas decisões de Rosas.

*Pero si el gobierno argentino mas avisado y ménos vacilante acogió con magnanimidad en el territorio de la República á dicho General [Oribe] en su calidad de Presidente, el Brasil siguió el opuesto rumbo; renunciando al gobierno intruso, recibiendo sus Ministros, enviandole los suyos y acordandole consideraciones que pretendia justificar con el principio de neutralidad. Nada habia emitido durante veinte meses para combatir esta errada politica. [...] (Idem).*

Mas Guido era o mediador das relações entre a Confederação e o Império e sabia como era a realidade da política brasileira, ainda que não soubesse, de fato, do posicionamento de Buenos Aires, ainda que mais avisado que o diplomata, que afirma não saber da posse de Oribe como presidente, tampouco da organização do Uruguai enquanto uma república a ponto de ser invocado como nação para uma aliança com Brasil e a Confederação.

Com relação ao Império, o posicionamento de Rosas foi recebido como contraditório, principalmente em relação ao Uruguai e sua soberania, mas principalmente por ir de encontro à Convenção de 1828, em que a independência oriental seria garantida pelas altas partes. Em 1843, o Conselho de Estado na seção de negócios exteriores expôs essas questões:

*Não será contradição admitir como soberano o Uruguai, tratá-lo como súdito? E será crível que esse representante anua às cláusulas e condições onerosas, que para seu bem-estar e segurança estipularem os dois governos, Imperial e argentino!? Quando terá termo esse tratado definitivo de paz, se nele figurar, como parte contratante o Estado do Uruguai? Reconhecer neste Estado o direito de intervir no tratado indica pouca sinceridade no que o promove (FUNAG, 2023, p. 228).*

A situação também foi entendida como uma afronta ao Imperador e causou uma revisão das relações com a Bacia do Prata pelos representantes da seção. A primeira medida do governo imperial foi obter unidade interna e, em 1844, após fazer concessões aos farroupilhas, pacificou o

Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, o Império reconheceu a independência do Paraguai e, com discrição, apoiou o país. Ainda assim: se Buenos Aires recusasse as tentativas de paz na região, “o governo de Vossa Majestade Imperial pode fazer-lhe a guerra para o chamar a seu dever, ou romper a Convenção de 1828, a fim ou de reunir a Banda Oriental ao Império, ou de a conservar independente” (Idem, p. 243). Os problemas entre o Brasil e a Confederação continuaram até 1850, com a ruptura das relações diplomáticas.

Guido ficou no Rio de Janeiro até 1850 e seus documentos revelam um homem mais sério, conectado aos interesses da Confederação sobre o Prata e ativo na busca de novos acordos com o Brasil. Em paralelo a isso, nota-se a forma como o diplomata se utilizava do conceito de “americano” para se aproximar do Império e justificar o posicionamento de Buenos Aires em torno da paz e da liberdade entre as nações.

### **“Americanismo”/“Sistema Americano”**

O uso do termo “americanismo” está atrelado a algo particular à América e próprio de sua cultura e política. Se verificarmos uma definição para o termo americanismo no dicionário da Real Academia Española, encontramos:

*“americanismo. 1. m. calidad o condición de americano. 2. m. carácter genuinamente americano. 3. m. amor o apego a las cosas características o típicas de América. 4. m. dedicación al estudio de las cosas de América. 5. m. vocablo, giro, rasgo fonético, gramatical o semántico que pertenece a alguna lengua indígena de América o proviene de ella. 6. m. vocablo, giro, rasgo fonético, gramatical o semántico peculiar o procedente del español hablado en algún país de América”<sup>4</sup>*

No contexto das independências frente à Espanha, o termo se ligou muito mais a um debate que versava sobre a identidade cultural das sociedades americanas em relação a um outro do qual se queria diferenciar do que se referir a um uso político, para definir um certo “sistema” de governo ou posicionamento político. Os debates e as disputas políticas durante a primeira metade do século XIX rioplatense colocaram o termo em disputas de linguagens que estavam vigentes naquela época (ALTAMIRANO, 2008, p. 16).

---

<sup>4</sup> Disponível em <<https://dle.rae.es/americanismo>>. Acesso: 19/04/2024.

No governo de Rosas, o “americanismo” surgiu como uma justificativa ideológica dentro do discurso político, caracterizado pela ideia de que a luta da Confederação Argentina contra as potências europeias era a luta pela preservação da própria independência do país, em que a causa “argentina” expressava diretamente a causa americana (TERNAVASIO, 2013, p. 211). Essa situação gerou um cenário em que os que estavam com Rosas eram partidários da causa americana e os que eram inimigos, traidores da independência americana.

O “sistema americano” serviu para completar a construção de um discurso de perfil rosista e se integrou a um conjunto de elementos políticos e discursivos que compuseram a propaganda do governo. Esse sistema se apoiava na luta entre o Estado argentino e as potências europeias pela conservação da independência nacional e pelo pleno exercício da soberania, sendo uma expressão da “causa de América”; “*en ese conflicto los que hacían oposición al rosismo eran enemigos de la independencia de América, y los que le brindaban apoyo sus amigos.*” O “sistema” reconhecia Rosas como seu representante, sendo seu modelo de governo o único inteiramente próximo à origem das sociedades americanas. Além disso, defendia o republicanismo como componente fundamental na criação de uma identidade americana (MYERS, 1995, p. 60).

“América” fazia referência ao novo e ao futuro, já “Europa”, ao velho e à variação sobre quem era americano ou não. Na Confederação, a força da identidade americana se sobrepunha a outras identidades – como *argentino, santafesino* etc. – por ser a causa da *Santa Federación*. No texto publicado em 1842, com o título *Rasgos de la vida publica de S. E. el Sr. Brigadier General D. Juan Manuel de Rosas*, os editores contaram o processo de independência a partir de um sentimento americano ligado à liberdade política:

*La independencia nacional había llegado á ser un hecho indisputable. Quebrantados los vínculos que nos ligaban al gobierno metropolitano, la proclamación de los principios sancionados el 9 de Julio de 1816 había sido solemnemente confirmada por el poder irresistible del sentimiento americano, que en los campos de Junin y Ayacucho derribó para siempre los últimos restos del coloso español. Parecia haber sonado la hora en que debiera hacerse práctica nuestra deseada libertad política [...] (p. 8).*

A partir de 1835, “América” e “americano” ganharam um novo pulso no governo rosista. Os bloqueios do porto de Buenos Aires pelos franceses (1838-1840) e dos ingleses com os franceses entre 1845 e 1848 geraram um período de crise que foi aprofundado com as publicações dos intelectuais da *Generación de 37* que, exilados, escreviam publicamente contra Rosas e faziam



alianças com os considerados inimigos do governo. Os propagandistas do rosismo criaram uma retórica anti estrangeira com a defesa da independência nacional e americana: os grupos sociais contrários a Rosas eram “antiamericanos”, o sistema republicano foi enaltecido como “*base de la organización política de los Estados americanos*” e o Americanismo difundido como “*sentimiento de conservación y defensa.*” (La Gaceta Mercantil, 23 de janeiro de 1844). Em 1843, Pedro de Ângelis, principal propagandista do rosismo, publicou a obra *El Archivo Americano* em espanhol, francês e inglês, repleta de poemas, textos fantásticos e frases curtas – boas para repetir e decorar – a fim de melhorar a imagem da Confederação no Velho Mundo.

Em geral, o uso do conceito e a difusão do sistema desejavam passar uma imagem de América independente para a Europa. Não necessariamente todos os países sul-americanos – os mais próximos à Argentina, pelo menos – defendiam ou disseminavam com tanta propaganda esse sentimento. Difícil pensar que nos congressos interamericanos os representantes dos países realmente colocassem como ordem do dia a importância da construção dos Estados latino-americanos sem a ingerência ou semelhanças com a Europa.

As relações exteriores de Rosas versaram em torno desse princípio. Em 1839, Guido escreveu um texto intitulado “*Observaciones sobre la política externa del Imperio del Brasil*”, em que expôs seus apontamentos sobre a política americana, como essa política era conveniente para o Império e a proposta de uma Liga Americana. O diplomata, que estava em missão no Chile, estruturou o texto como uma cartilha de formação política, na primeira parte, Guido destacou o desejo da soberania nacional como caminho para a expulsão do colonizador, reforçando a independência como cerne da política americana, promovendo a união dos Estados contra a ação dos países externos e assegurando a paz interna e externa à América: “[...] *estos son los objetos para que necesita la América de combinacion y concordia entre sus Estados; y la política que tuviese por fin el promover esta concordancia y combinación es la que merece el nombre de política americana*” (Fondo Guido, 1834-1841).

Na segunda parte, Guido comentou que a neutralidade do Império seria a abertura necessária para um ataque europeu no continente e que adotar a política americana não apresentaria risco para a paz interior do país,

*por el contrario hay necesidad de persuadir al pueblo brasilero, de que sus intereses, su dignidad, su soberanía, su nacionalidad, encontrarán en el trono de nuestro augusto monarca un apoyo eficaz y complejo, que ese trono tan idolatrado por los buenos*

*brasileiros, que ese trono que nos ha servido hasta hoy de paladión en el interior, no dejará de emplear todos los medios, no dejará perder una sola de las ventajas geomórficas y de simpatias que habien la causa de America una sola, para conseguir aquellos sublimes fines [...]* (Idem).

Antes de seguir, vale pontuar que o Brasil adotava uma política de neutralidade e isolamento com relação aos vizinhos a fim de manter o status de ordenado e civilizado desde a Independência, em 1822. Esse posicionamento mudava quando os interesses ou o território do Império eram afetados, como no conflito com a Cisplatina, entre 1825-1828. Nesse conflito, inclusive, o Brasil seria visto pelos “senhores da guerra de fronteira como um poder fortemente centralizado, reacionário e explorador” (GUAZZELLI, 2010, p. 97). No Segundo Reinado, a movimentação de Visconde do Uruguai no Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1843, pode ser considerada uma quebra da neutralidade brasileira, situação apontada por Guido no mesmo ano devido à clareza da política imperial: “*La politica del Gobierno Imperial en las cuestiones que se agitan en el Rio de la Plata ha sido clara y constante*” e no trecho ainda no mesmo documento: “[...] *en esta ocasion, cuando el Gobierno Imperial acababa de dar una tan clara y terminante prueba de la coherencia de su politica [...]*” (Fondo Guido, 23 de outubro de 1843).

Porém, em 1844, a Seção do Conselho de Estado de Negócios Estrangeiros, na consulta sobre qual política seguir com relação à Bacia do Prata, perguntou aos representantes: “Guardada atualmente a neutralidade, quais devem ser os passos diplomáticos, que o Gabinete Imperial deve dar no rio da Prata e na Europa?” (FUNAG, 2023, p. 218). Na prática, as trocas comerciais, culturais e políticas ampliaram e fortaleceram o contato do Brasil com os países vizinhos ao longo do tempo, sendo que a ação mais enfática do país com relação à Bacia do Prata nas décadas de 1840 e 1850 aconteceu, principalmente, devido à movimentação do Visconde do Uruguai frente às relações exteriores imperiais (PIMENTA, 2012, p. 94).

Voltando ao documento de Guido, na terceira e última parte, ele defendeu a organização da Liga Americana, a partir dos debates do Congresso do Panamá de 1826, e dispôs de artigos que, ao fim, gerariam uma aliança entre os países contra a Marinha europeia e as possíveis intervenções políticas e comerciais nas novas nações. Por fim, sobre as ideias propostas no texto, Guido diz: “*Yo con timidez las expongo, convencido de los imperfectos de un trabajo pero en animada esperanza de más profundos pensadores á esta materia [...]*” (Ibidem). Pensando que possivelmente o texto se destinou a um público intelectual brasileiro, a intenção desse discurso foi dar outros contornos ao

comportamento político e diplomático brasileiro, que não enviou representante ao Congresso do Panamá em 1826 e que vivenciava a Guerra da Cisplatina (1825-1828) pela Banda Oriental. Mas também movimentar os brasileiros pela causa americana como sinônimo de liberdade e, uma vez juntos, agir contra os considerados inimigos.

Essa estratégia também foi utilizada no Tratado de 1843, ressaltando a união da Confederação com o Império contra a “*perniciosa influencia*” europeia no Prata:

*Si la convicción íntima en que estoy de las ventajas materiales que resultan á la Conf. Argentina del ajuste ultimamente convenionado con este Gobierno, me ha impedido á suscribirlo, muevóme tambien á ello la comemoracion de la gloria con que nuestro Gobierno se presentaria á las paz de América y de Europa en su alianza con S.M. el Emperador del Brasil para defender una causa que nuestros enemigos desnaturalizáron á los ojos del mundo; alianza por otra parte que anunciaria á los poderes europeos nuevas y grandes dificultades en el porvenir para ejercer perniciosa influencia en el Rio de la Plata y avanzar pretensiones inconvenientes con la independenciam y derechos de los Estados aliados, y con la independenciam y derechos de la República del Uruguay (Fondo Guido, 27 de março de 1843).*

O caminho do “Americanismo” levaria a paz ao Prata, ainda que houvesse outros conflitos. Guido fala de um contexto de intervenções anglo-francesas na região e dos interesses dessas nações em estabelecer relações comerciais com os novos países. A afirmação de uma identidade americana pelo Brasil aproximaria o Império da Confederação e voltaria os olhares políticos dos governantes brasileiros para dentro, para a América.

A América também seria sinônimo de organização e regulamentação política, elementos indispensáveis de todo pacto fundamental entre os Estados americanos, reinos e vizinhos, capaz de

*destruir el espíritu de prepotencia y de conquista, determinar los límites territoriales, consolidar el respeto á la inmunidad de los Estados entre sí, sian cuando fuesen sus instituciones y forma de gob., consignar reglas de derecho internacional y darse seguridades positivas contra la propaganda revolucionaria [...] (Fondo Guido, s/d, 1844).*

O discurso sobre esse conceito pode ser interpretado com certo amor nacional que não necessariamente era posto em prática, mas que no fazer diplomático era importante justamente para atrair os interesses do Império e dar sentido às movimentações de Guido. Talvez os representantes brasileiros não estivessem preocupados com uma identidade americana, de fato, dado as diferenças históricas e as heranças absorvidas dos tempos coloniais naquela região, mas a argumentação do

diplomata fazia com que o debate fosse para além desses problemas e transpusesse os limites da bacia, apontando também para um posicionamento internacional.

## Conclusão

Em meados da década de 1840, França e Inglaterra fizeram um bloqueio conjunto para defender os interesses dos países que não estavam envolvidos nos problemas do Prata e que eram prejudicados comercialmente pelas disputas no porto oriental. As potências exigiram de Rosas a retirada de sua esquadra do Uruguai; como ele negou, os barcos anglo-franceses bloquearam o porto de Buenos Aires entre 1845 e 1848. Mas a estratégia de resistir ao bloqueio, utilizada entre 1838 e 1840, rendeu frutos a um regime político que não deixava passar nenhuma dessas ocasiões a fim de converter derrotas em vitórias militares. Com o levantamento do bloqueio, Rosas conseguiu que, frente à constante reclamação da livre navegação nos rios na região, as potências admitissem que a navegação do Rio Paraná – um dos rios que desembocam no Prata – se tratava de um problema interno da Confederação.

Assim, em 1848, a paz havia reinado novamente na Confederação e Rosas, vencendo a *Vuelta del Obligado*, voltou ao posto de invicto militarmente. Por outro lado, a questão com o Império ainda estava tensionada. Naquele ano, Guido escreveu a Oribe contando o desejo de Rosas de invadir o Brasil e a movimentação de Urquiza na Banda Oriental e no Paraguai, para se aproximar da fronteira. No final da carta de 5 de agosto, o diplomata clamou:

*Vuelvo á pedir a V., mi querido general, que me diga algo respecto al tal veto, porque es la carta con que aquí mas se juega. - Bien pueden trabajar por enredarnos, pero mui diestros o mui afortunados deben ser; no logro desanudar sus tramas [...] (AGN: Fondo Guido, s/d, 1848).*

No começo de 1851, as tensões diplomáticas com o Império se tornaram parte de um conflito aberto e geraram o rompimento das relações entre a Confederação e o Brasil em 1º de maio de 1851, pronunciado por José Justo Urquiza. A ruptura das relações diplomáticas chegou para Guido como um sinal de que sua agência diplomática no Império havia finalizado. Em 1852, Rosas foi destituído do cargo de relações exteriores da Confederação e, em 3 de fevereiro, foi derrotado na *Batalla de Caseros* pelas forças aliadas de Entre Rios, Corrientes, Brasil e Uruguai, sob o comando de Urquiza (TERNAVASIO, 2013, p. 211).

A agência diplomática de Guido continuou até seu falecimento, em 1866. Em 1852, foi reenviado em missão extraordinária à Corte, mas o Ministro Visconde do Uruguai rechaçou um possível diálogo com o diplomata. De volta a Buenos Aires, seguiu na década de 1850 em cargos como Conselheiro de Estado e Ministro da Guerra.

O início desta investigação, que faz parte de uma tese em construção, se deu nos arquivos do Itamaraty no Rio de Janeiro, continuou no *Archivo de Cancillería* em Buenos Aires e no Fundo Guido. Ali, notou-se um discurso mais posicionado sobre o Império e seu governo expostos nas cartas rascunhadas, enviadas e recebidas e os diários do diplomata. Dado que a pesquisa enfocou na visão do governo de Rosas sobre o Império, entendeu-se que os documentos oficiais seriam mais válidos por apresentarem uma relação entre Estados e entre ministérios.

Essa noção da diplomacia, feita pelas unidades políticas para se relacionar com o exterior – ou seja, com outras unidades políticas –, com a intenção de integrar e negociar tem origem desde a organização da civilização no mundo. Ao se tornar campo de estudo, a história diplomática se construiu com o objetivo de reunir documentos oficiais e sigilosos entre monarcas e chefes de Estado com seus representantes e formar uma história da relação entre os Estados. A evolução do campo se deu a partir dos acontecimentos europeus, mas afetou todos os continentes, inclusive a América Latina, em seu processo de independência e construção dos Estados nacionais em meados do século XIX.

Mas essa definição se torna fraca em um estudo de casos: os acordos territoriais entre Rosas e os povos indígenas próximos a Buenos Aires, na década de 1830, podem ser considerados atos diplomáticos? <sup>5</sup> As cartas de Guido, intituladas “*Mi querido general y amigo*”, e endereçadas a Felipe Arana com notícias de sua família em meio a decisões políticas, são textos diplomáticos?

A resposta é que a produção de um comportamento diplomático parte de relações estabelecidas entre duas partes, sejam elas parte da política do Estado ou não, a fim de resolver ou se posicionar em uma situação, sem necessariamente envolver documentos oficiais ou acordos entre ministérios. A história diplomática é formada por redes que ultrapassam os limites dos cargos políticos e somam os relatos de diferentes atores para reconstruir eventos nacionais e transnacionais.

---

<sup>5</sup> Ver mais, entre outros, em: RATO, Silvia. *Una experiencia fronteriza exitosa: el negocio pacífico de indios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852)*. Revista de Indias, vol. LXIII, núm. 227, 2003.

Tirando o peso da oficialidade deste estudo, entendeu-se Guido como um agente diplomático e, portanto, tudo o que ele escreveu é político, pois era diplomata em todos os momentos em que produziu documentação, independentemente do caráter pessoal ou oficial do texto. Dessa forma, aproxima-se de um novo fazer histórico, em que é possível “*revitalizar los estudios de los espacios diplomáticos y de los actores que los transitaran*”, ou seja: a partir das experiências diplomáticas, formulou-se novas perguntas sobre os atores diplomáticos, como escreviam e se comunicavam, a gestualidade e a linguagem apropriada e a própria experiência política e diplomática desse sujeito (BRUNO, 2022, p. 10).

E ao observar a forma como Guido escrevia, foi possível cruzar as informações com arquivos brasileiros e jornais *porteños* a fim de identificar uma linguagem usada por ele sobre e para o Império. Muito além do que o governo de Rosas – e até mesmo do que o próprio Rosas – opinava sobre o Brasil, é possível ter acesso ao que o homem Guido pensava, sentia e agia pela forma como escrevia e se articulava. Essa linguagem expõe relações de poder.

[...] *el poder de las palabras reside en el hecho de que quien las pronuncia no lo hace a título personal, ya que es sólo su “portador”; el portavoz autorizado sólo puede actuar por las palabras sobre otros agentes y, a través de su trabajo, sobre las cosas mismas, en la medida en que si palabra concentra el capital simbólico acumulado por el grupo que le ha otorgado ese mandato y de cuyo poder está investido* (SKINNER, 2005, p. 69).

Ainda que este trabalho dialogue com uma história feita por relações entre Estados, cujo mediador foi empossado como representante, a tentativa da análise do discurso de Guido é reverberar outras possibilidades de se estudar as relações exteriores com outros tipos de fontes e discursos que também dão conta de mapear acordos e tratados no século XIX. Essa possibilidade se torna mais interessante ao se levar em conta que a Confederação Argentina tinha a sua construção estatal bem frágil e que a condução das relações exteriores ficava a cargo da província de Buenos Aires.

O trabalho, por fim, procura dialogar com as várias frentes de pesquisa que o período rosista oferece e vem alimentando há décadas pela historiografia argentina por uma perspectiva mais revisionista e nacional (HALPERIN DONGHI, 1980)<sup>6</sup> e com o campo da história diplomática

---

<sup>6</sup> Destacam-se, entre outros: FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015.



brasileira, que, no contexto do Segundo Reinado, apresenta trabalhos consistentes sobre a Bacia do Prata.<sup>7</sup>

## Fontes

- 1- *Fundo Tomás Guido* (Sala VII). Buenos Aires: Archivo General de la Nación (AGN).
- 2- **La Gaceta Mercantil**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno.
- 3- **Jornal do Commercio (RJ), Diário do Rio de Janeiro, O Americano**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- 4- **Rasgos de la vida publica de S. E. el Sr. Brigadier General D. Juan Manuel de Rosas**. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1842. IN: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- 5- BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. **O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção de Negócios Estrangeiros: 1842-1845**. 2. ed. Brasília: FUNAG, Câmara dos Deputados, 2023.
- 6- GUIDO, José. *Recuerdos del Janeiro*. Buenos Aires, septiembre 8 de 1874. IN: **Escritos de José Tomás Guido**. La Biblioteca Popular de Buenos Aires, 1880.

## Referências bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. (dir) **Historia de los intelectuales en América Latina**. Buenos Aires: vol 1, Katz, 2008.
- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de América Latina. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol.22 no.44, jul./dez. 2009.
- BRUNO, Paula (et al). **Embajadoras culturales: mujeres latinoamericanas y vida diplomática (1860-1960)**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2022.
- CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI Marcello (coord.). **Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina**. México: El Colegio de México, 1993.

---

<sup>7</sup> Destacam-se, entre outros: BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O Império do Brasil e a política de intervenção no Rio da Prata (1843-1865)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018 e FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

- DORATIOTO, Francisco. *O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889)*. Brasília: Textos de História, vol. 16, nº 2, 2008.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras em conflito no espaço platino da Guerra dos Farrapos à Guerra Grande. In NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). **O continente em armas: uma história da guerra do sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- GOLDMAN, Noemí (org). **Lenguaje y Revolución: conceptos políticos clave en el Río de La Plata, 1780-1850**. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia Argentina*. De la revolución de independencia a la confederación rosista. Buenos Aires: Paidós, 1980.
- KLOSTER, Mariano. **Reflexiones sobre la actividad diplomática de la Confederación de Provincias Argentinas**. El caso del Bloqueo Francés. (1838-1840). Open Edition Journals: Débats, 2021.
- MARCELO, Cristiane Maria. **Diplomacia a serviço do Império: a trajetória de Duarte da Ponte Ribeiro (1829-1878)**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ: 2017.
- MYERS, Jorge. **Orden y virtud**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.
- PACHECO, Perla Patricia Valero. **Un Imperio en un mar de Repúblicas**. Brasil frente a las Repúblicas del Plata (1865-1870). Dissertação (Mestrado em Estudos Latino Americanos). Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe. México, 2015.
- PIMENTA, João Paulo. Una incómoda vecindad: Brasil y sus fronteras en el contexto revolucionario hispanoamericano. CASTRO, Oscar Javier (trad.) IN: VILA, Pilar Cagliao; VALDÉS, José Maria P. (coords). **Entre imperios y naciones**. Iberoamérica y el Caribe en torno a 1810. España: Universidad de Santiago de Compostela, 2012.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- REGUERA, Andrea. **El mundo relacional de Juan Manuel de Rosas: un análisis del poder a través de vínculos y redes interpersonales**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2019.

SALVATORE, Ricardo. “Expresiones federales”: formas políticas del federalismo rosista. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (comp). **Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. SP: Editora UNESP, 2004.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina (1806-1852)**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

\_\_\_\_\_. Rosas y el rosismo: lecturas sobre la república plebiscitaria. **Estudios - Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba**, n. 45, 2021.

VALDÉS, José María P. (coords). **Entre imperios y naciones**. Iberoamérica y el Caribe en torno a 1810. España: Universidad de Santiago de Compostela, 2012.